

# JOTA

## A confissão

Ministro do STJ inaugura série com histórias reais que parecem ficção sobre cotidiano dos

**Og Fernandes**

15/09/2014 - 00:01



*Imprensa/STJ*

ADVOGADOS

COTIDIANO

CRÔNICA

OG FERNANDES

STJ

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



?



?



Aa

**O** ladrão, munido de faca, invadiu a casa de um oficial da polícia militar. Naquela madrugada, tentaria assaltar pela última vez. Ainda no terraço, levou um tiro mortal no peito.

Na manhã seguinte, o dono da residência já estava no escritório de um advogado para consultá-lo. Alegou que o autor do disparo fora o vigia da casa, que fugiu.

– E onde está ele?, perguntou o criminalista.

– Não sei. Atirou e sumiu. Só sei que se chama Cassiano. Estava apenas no segundo dia de serviço e também desconheço onde mora, respondeu o oficial.

A história não convenceu o vivido profissional do Direito.

Para o especialista, a história possuía ares fantasiosos, de uma fantasia mal trajada. Além disso, estava diante de uma tese de legítima defesa fácil de argumentar. A polícia indicaria que o assaltante fora abatido alta hora da noite, nos domínios residenciais do réu e dos familiares. Ainda mais, o perigoso invasor portava uma arma. E o acusado? Ora, era um homem da lei, valoroso defensor da sociedade, de conduta ilibada, etc, etc, etc. Argumentava que se ele, advogado contratado para defender o réu, não acreditava naquele depoimento, muito menos a Justiça e seus julgadores.

O policial também relutava em aceitar a criação do advogado. Optava pelo que seria duvidoso aos olhos alheios – a sua verdade – diante do acerto da tese jurídica, mas isso dificultaria o trabalho da defesa.

Somente se deu por vencido quando o advogado bateu o martelo: condicionava defendê-lo se o cliente assumisse a autoria do disparo.

Resignado, confessou o homicídio no inquérito. Tal e qual o advogado afiançara, as provas eram totalmente favoráveis àquele acusado. O advogado estava pleno de razão. Foi absolvido pelo juiz sem necessidade de ir a julgamento pelo tribunal do júri.

Com a chancela favorável do Judiciário, pôde retomar à vida ordinária. A morte do marginal, as vicissitudes de um processo e as incertezas sobre os efeitos de uma “confissão” não iriam mais tisonar-lhe a memória.

Um ano e meio depois da sentença, num amanhecer, alguém bate palmas na porta da casa do policial.

Era José Cassiano da Silva, o vigia.

Como quem deseja purgar uma pena com a consciência, disse ao ex-patrão que se tornara evangélico e não podia estar em paz se não lhe pedisse desculpas por ter feito o que fez.

*\*Og Fernandes é jornalista e ministro do Superior Tribunal de Justiça*